Departamento Municipal de Administração e Planejamento

Setor de Compras

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

GOVERNO MUNICIPAL DE PALESTINA
Governo Municipal de Palestina
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.149.184/0001-94

MUNICÍPIO DE PALESTINA
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

1. Número/Data: Primeiro Termo Aditivo à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N º 017/2025 – 20/03/2026.
2. OBJETO: A Recomposição do Equilíbrio Econômico Financeiro do Preço Registrado.
3. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palestina.
4. CONTRATADO: 45.471.66 SIMEI GARCIA.
5. VIGÊNCIA: 10/09/2026.
6. LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2025.

Palestina/SP, 20 de março de 2026.

Sr. Reinaldo Aparecido da Cunha – Prefeito Municipal

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

PALESTINA - SP
ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Administração e Planejamento

Setor de Compras

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

GOVERNO MUNICIPAL DE PALESTINA
Governo Municipal de Palestina
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.149.184/0001-94

MUNICÍPIO DE PALESTINA
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

1. Número/Data: Segundo Termo Aditivo à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N º 017/2025 – 10/09/2026.
2. OBJETO: A Prorrogação da Vigência.
3. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palestina.
4. CONTRATADO: 45.471.66 SIMEI GARCIA.
5. VIGÊNCIA: 10/09/2027.
6. LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2025.

Palestina/SP, 10 de setembro de 2026.

Sr. Reinaldo Aparecido da Cunha – Prefeito Municipal

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

PALESTINA - SP
ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Administração e Planejamento

Setor de Compras

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE PALESTINA
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

1. Número/Data: Termo Aditivo Nº064/2026 – 30/07/2026.
2. OBJETO: A Prorrogação da Vigência e o Reajuste do Valor Contratual.
3. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palestina.
4. CONTRATADO: CENTRO GAUCHO DE MEDICINA OCUPACIONAL LTDA.
5. VIGÊNCIA: 31/12/2026.
6. LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 014/2021.

Palestina/SP, 30 de julho de 2026.

Sr. Reinaldo Aparecido da Cunha – Prefeito Municipal

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Administração e Planejamento

Setor de Compras

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE PALESTINA
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

1. Número/Data: Primeiro Termo Aditivo – 25/09/2026.
2. OBJETO: Prorrogação da Vigência da Ata de Registro de Preços.
3. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palestina.
4. CONTRATADO: PEREIRA & GARCIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.
5. VIGÊNCIA: 25/09/2027.
6. LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2025.

Palestina/SP, 25 de setembro de 2026.

Sr. Reinaldo Aparecido da Cunha – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PALESTINA
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

1. Número/Data: Primeiro Termo Aditivo – 25/09/2026.
2. OBJETO: Prorrogação da Vigência da Ata de Registro de Preços.
3. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palestina.
4. CONTRATADO: AUTO POSTO VIA TREVO LTDA.
5. VIGÊNCIA: 25/09/2027.
6. LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2025.

Palestina/SP, 25 de setembro de 2026.

Sr. Reinaldo Aparecido da Cunha – Prefeito Municipal

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

PALESTINA - SP
ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Administração e Planejamento

Setor de Compras

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE PALESTINA
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

1. Número/Data: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 072/2025 – 13/08/2026.
2. OBJETO: Prorrogação da Vigência Contratual.
3. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palestina.
4. CONTRATADO: EVANDRO JUNIOR FERREIRA DA SILVA - ME.
5. VIGÊNCIA: 13/02/2027.
6. LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 043/2025.

Palestina/SP, 13 de agosto de 2026.

Sr. Reinaldo Aparecido da Cunha – Prefeito Municipal

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Administração e Planejamento

Setor de Compras

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

GOVERNO MUNICIPAL DE PALESTINA
Governo Municipal de Palestina
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.149.184/0001-94

MUNICÍPIO DE PALESTINA
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

1. Número/Data: Primeiro Termo Aditivo – 04/09/2026.
2. OBJETO: Prorrogação da Vigência da Ata de Registro de Preços.
3. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palestina.
4. CONTRATADO: BBH ELETRO ELETRONICOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.
5. VIGÊNCIA: 07/09/2027.
6. LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025.

Palestina/SP, 04 de setembro de 2026.

Sr. Reinaldo Aparecido da Cunha – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PALESTINA
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

1. Número/Data: Primeiro Termo Aditivo – 04/09/2026.
2. OBJETO: Prorrogação da Vigência da Ata de Registro de Preços.
3. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palestina.
4. CONTRATADO: BIANCA DACAL LOPES ME.
5. VIGÊNCIA: 07/09/2027.
6. LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025.

Palestina/SP, 04 de setembro de 2026.

Sr. Reinaldo Aparecido da Cunha – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PALESTINA
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

1. Número/Data: Primeiro Termo Aditivo – 04/09/2026.
2. OBJETO: Prorrogação da Vigência da Ata de Registro de Preços.
3. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palestina.
4. CONTRATADO: J J PRODUTOS LTDA
5. VIGÊNCIA: 07/09/2027.
6. LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025.

Palestina/SP, 04 de setembro de 2026.

Sr. Reinaldo Aparecido da Cunha – Prefeito Municipal

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

PALESTINA - SP
ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Administração e Planejamento

Setor de Compras

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE PALESTINA
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

1. Número/Data: Segundo Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços Nº 011/2025 – 01/09/2026.
2. OBJETO: Restabelecimento do Equilíbrio Econômico-financeiro.
3. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palestina.
4. CONTRATADO: LMM EMBALAGENS LTDA.
5. VIGÊNCIA: 11/08/2027.
6. LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2025.

Palestina/SP, 01 de setembro de 2026.

Sr. Reinaldo Aparecido da Cunha – Prefeito Municipal

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

PALESTINA - SP
ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Administração e Planejamento

Setor de Compras

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

GOVERNO MUNICIPAL DE PALESTINA
Governo Municipal de Palestina
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.149.184/0001-94

MUNICÍPIO DE PALESTINA
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

1. Número/Data: 065/2026 – 02/10/2026
2. OBJETO: Prorrogação da Vigência Contratual e Equilíbrio Econômico Financeiro.
3. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palestina.
4. CONTRATADO: Valfer Construções e Comércio EIRELI. EPP.
5. VIGÊNCIA: 04/10/2027.
6. LICITAÇÃO: PREGÃO PRESSENCIAL Nº. 033/2022

Palestina/SP, 02 de outubro de 2026.

Sr. Reinaldo Aparecido da Cunha – Prefeito Municipal

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

PALESTINA - SP
ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 033_2026

Prefeitura Municipal de Palestina
Governo Municipal de Palestina
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.149.184/0001-94

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 33/26
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

O Sr. Reinaldo Aparecido da Cunha, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e considerando a homologação do Concurso Público nº 001/2025, **CONVOCA** o(s) candidato(s) aprovado(s) e classificado(s) abaixo relacionado(s) para comparecerem ao local e horário definidos, visando a entrega de documentos e agendamento de exames médicos para fins de nomeação e posse:

Cargo: MÉDICO - ESF
1. **Nome:** DAMARA HOSANA ROSSINI- **Classificação:** 1º

Instruções aos Candidatos:

- **Data Limite para comparecimento:** 16/10/2026
- **Local/Setor:** Coordenadoria de Recursos Humanos, situado a Rua Siqueira Campos, 1380, Centro, Palestina/SP
- **Horário:** 09:00 as 11:00 e das 14:00 as 16:00
- **Documentação que foi exigida no Edital nº 001/2025**

  O não comparecimento no prazo estipulado será considerado como renúncia ao cargo.

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 2.184/2026
DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

"Institui, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Palestina, a Política Municipal de Alfabetização e dispõe sobre suas diretrizes, governança, instrumentos, estratégias de implementação, monitoramento e avaliação."

REINALDO APARECIDO DA CUNHA, Prefeito Municipal de Palestina, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 64, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO que a educação constitui direito de todos e dever do Estado e da família, nos termos dos arts. 205, 206, 208 e 211 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e os currículos e planos educacionais aplicáveis;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, reconhece o protagonismo dos Municípios nos processos de alfabetização e estabelece eixos de governança, formação, infraestrutura e insumos, avaliação e reconhecimento de boas práticas;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, no que permanecer aplicável e compatível com a legislação superveniente;

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 68.335, de 20 de fevereiro de 2024, que instituiu o Programa Alfabetiza Juntos SP, e a atuação do Município em regime de colaboração com o Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO o Edital MEC nº 7/2026, que regulamenta a 3ª Edição do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização - 2026, e a Nota Técnica nº 44/2026/DIMAM/SEB/SEB, especialmente quanto aos critérios de governança, gestão, formação, infraestrutura pedagógica, monitoramento, avaliação e equidade;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar, articular, fortalecer e conferir continuidade às ações administrativas e pedagógicas destinadas à garantia do direito à alfabetização no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Palestina, a Política Municipal de Alfabetização, como instrumento permanente de orientação, coordenação e fortalecimento das ações administrativas e pedagógicas destinadas à promoção da alfabetização e do letramento, observadas as diretrizes da Constituição Federal, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, dos planos nacional, estadual e municipal de educação e dos programas federais e estaduais de alfabetização vigentes e aplicáveis à Rede Municipal, inclusive o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o Programa Alfabetiza Juntos SP.

§ 1º A Política Municipal de Alfabetização será implementada em regime de colaboração com a União e o Estado de São Paulo, mediante adesão a programas, instrumentos de cooperação técnica, pactuações interfederativas e demais mecanismos destinados ao fortalecimento da alfabetização.

§ 2º A implementação da Política observará as metas nacionais de alfabetização, especialmente aquelas voltadas à garantia da alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, sem prejuízo das estratégias de consolidação e recomposição das aprendizagens nos anos subsequentes.

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 2º São finalidades da Política Municipal de Alfabetização:

I - assegurar a efetivação do direito de todas as crianças à alfabetização e ao letramento na idade adequada;

II - promover a melhoria contínua dos indicadores de aprendizagem da Rede Municipal de Ensino;

III - reduzir as desigualdades educacionais;

IV - assegurar continuidade administrativa e pedagógica às ações municipais de alfabetização;

V - fortalecer a gestão pedagógica baseada em evidências e no monitoramento permanente das aprendizagens;

VI - promover a equidade educacional e a inclusão, assegurando atendimento adequado às especificidades dos estudantes; e

VII - consolidar mecanismos de cooperação entre a União, o Estado e o Município.

Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização será orientada pelos seguintes princípios:

I - garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem como fundamentos para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de trajetórias escolares com qualidade e continuidade;

II - atuação articulada e colaborativa entre os entes federativos, em conformidade com o art. 211 da Constituição Federal;

III - fortalecimento do regime de colaboração e das relações de cooperação entre os diferentes níveis de governo;

IV - promoção da equidade educacional, consideradas as desigualdades sociais, econômicas, territoriais, étnico-raciais e de gênero, bem como as necessidades e especificidades dos estudantes público da Educação Especial;

V - pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas e de práticas educativas;

VI - respeito à liberdade, à diversidade e às diferenças;

VII - reconhecimento e valorização das diversidades étnico-racial, cultural, social e regional;

VIII - respeito à autonomia pedagógica dos profissionais da educação e das instituições de ensino, observadas as diretrizes curriculares e educacionais aplicáveis;

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

IX - valorização dos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

X - utilização de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências, articuladas ao acompanhamento sistemático das aprendizagens e à análise pedagógica dos resultados das avaliações, respeitada a autonomia docente; e

XI - busca permanente pela melhoria da qualidade da aprendizagem.

Art. 4º Constituem instrumentos da Política Municipal de Alfabetização, observada a possibilidade de utilização e integração de instrumentos já existentes na Rede Municipal de Ensino:

I - Documento Orientador da Política Municipal de Alfabetização;

II - Plano de Comunicação Municipal da Política de Alfabetização;

III - Plano Municipal de Implementação e Acompanhamento da Alfabetização;

IV - Referencial Curricular adotado no Município;

V - programas de formação continuada;

VI - resultados do monitoramento e das avaliações das aprendizagens;

VII - indicadores municipais de alfabetização;

VIII - planos e ações de recomposição das aprendizagens;

IX - mecanismos de acompanhamento técnico-pedagógico das unidades escolares; e

X - programas e ações de incentivo à leitura e ao letramento.

Art. 5º Compete ao Departamento Municipal de Educação elaborar e manter atualizado o Documento Orientador da Política Municipal de Alfabetização, que conterá, entre outros aspectos:

I - referenciais pedagógicos da alfabetização;

II - orientações curriculares;

III - diretrizes para avaliação diagnóstica, formativa e de fluência leitora;

IV - estratégias de formação continuada;

V - protocolos de monitoramento das aprendizagens;

VI - critérios de acompanhamento dos indicadores municipais;

VII - diretrizes para recomposição das aprendizagens; e

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

VIII - outras orientações técnicas necessárias à execução deste Decreto.

§ 1º O Documento Orientador será aprovado por ato normativo do Departamento Municipal de Educação e poderá ser atualizado sempre que houver alteração nas diretrizes nacionais ou estaduais de alfabetização ou quando o aprimoramento da Política assim exigir.

§ 2º As diretrizes, matrizes e orientações consolidadas no Documento Orientador constituirão referência para a organização e o desenvolvimento das ações de alfabetização pelas unidades escolares integrantes da Rede Pública Municipal de Ensino.

§ 3º Para evitar duplicidade de documentos e procedimentos, o Documento Orientador poderá consolidar ou remeter a normas, currículos, protocolos, planos e orientações pedagógicas já vigentes.

Art. 6º O Departamento Municipal de Educação elaborará e manterá Plano de Comunicação Municipal da Política de Alfabetização, alinhado às políticas nacional e estadual, contendo objetivos, públicos-alvo, canais de comunicação, periodicidade das ações, estratégias de mobilização da comunidade escolar e mecanismos de divulgação de resultados, podendo utilizar exclusivamente os canais institucionais já disponíveis, sem criação de estrutura administrativa específica.

Art. 7º O Departamento Municipal de Educação elaborará e manterá atualizado o Plano Municipal de Implementação e Acompanhamento da Alfabetização, instrumento de planejamento destinado a organizar, de forma proporcional à estrutura da Rede Municipal, as ações necessárias à execução e à avaliação desta Política.

§ 1º O Plano estabelecerá metas e indicadores compatíveis com os dados disponíveis e com os instrumentos de avaliação já utilizados pela Rede Municipal, podendo adotar horizontes anuais ou plurianuais.

§ 2º Constitui prioridade do Plano a progressiva garantia da alfabetização dos alunos da Rede Municipal até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, observados os parâmetros nacionais e estaduais aplicáveis e as necessidades concretas dos estudantes.

§ 3º O Plano conterá, de forma simplificada e compatível com a capacidade administrativa do Município:

I - diagnóstico da realidade municipal;

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

II - metas anuais e respectivos indicadores;

III - estratégias de implementação;

IV - ações de recomposição;

V - estratégias de formação continuada;

VI - cronograma;

VII - metodologia de monitoramento e avaliação; e

VIII - mecanismos de revisão periódica.

§ 4º O Plano será revisto, preferencialmente, a cada ano letivo ou quando houver alteração relevante das diretrizes nacionais, estaduais ou dos resultados de aprendizagem.

§ 5º O Departamento Municipal de Educação elaborará, para cada exercício, Plano de Trabalho Anual - PTA, contendo ações prioritárias, responsáveis, cronograma, formas de acompanhamento e articulação com as ações nacional e estadual.

§ 6º O PTA será formalizado em documento próprio, assinado pelos responsáveis por sua elaboração, validação e aprovação, podendo constituir anexo ou desdobramento anual do Plano Municipal.

CAPÍTULO II
DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
Seção I
Da Governança

Art. 8º A governança da Política Municipal de Alfabetização compreende o conjunto de mecanismos de planejamento, coordenação, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento contínuo das ações destinadas à garantia do direito à alfabetização.

Art. 9º Fica instituído, no âmbito do Departamento Municipal de Educação, o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização - CEMPA, instância de governança, articulação, acompanhamento e coordenação da Política Municipal de Alfabetização, alinhada à Política de Alfabetização do Território Estadual e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

§ 1º Compete ao CEMPA:

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

I - acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

II - analisar o Plano Municipal de Implementação e Acompanhamento e emitir recomendações para seu aperfeiçoamento;

III - acompanhar os resultados dos programas e ações e emitir recomendações;

IV - acompanhar indicadores e resultados das avaliações de alfabetização;

V - contribuir para a articulação das ações municipais com as políticas nacional e estadual; e

VI - sistematizar dados e informações destinados a subsidiar as decisões do Departamento Municipal de Educação.

§ 2º O CEMPA será composto por: I - 1 (um) representante da Equipe Técnico-Pedagógica do Departamento Municipal de Educação, que o presidirá; II - 1 (um) representante dos Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares da Rede Municipal; III - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação; e IV - 1 (um) representante do CACS-FUNDEB.

§ 3º Cada membro contará com um suplente pertencente ao mesmo segmento.

§ 4º Os integrantes e respectivos suplentes serão indicados pelos segmentos que representam e designados por ato do Departamento Municipal de Educação.

§ 5º A participação no CEMPA será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

§ 6º O Departamento Municipal de Educação disciplinará os procedimentos de funcionamento do CEMPA por ato próprio, podendo adotar organização simplificada compatível com o porte da Rede Municipal.

Seção II

Das Competências Institucionais

Art. 10. Compete ao Departamento Municipal de Educação, na condição de órgão gestor da Política Municipal de Alfabetização:

I - coordenar, implementar, monitorar, avaliar e aperfeiçoar permanentemente a Política;

II - elaborar, aprovar, revisar e manter atualizados o Documento Orientador e o Plano Municipal de Implementação e Acompanhamento;

III - estabelecer metas, indicadores e estratégias para execução da Política;

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

IV - expedir atos normativos, orientações técnicas e instruções necessárias à implementação deste Decreto;

V - promover a articulação entre as políticas educacionais municipais e as diretrizes da União e do Estado de São Paulo;

VI - coordenar a execução das ações decorrentes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Programa Alfabetiza Juntos SP e de programas correlatos;

VII - prestar apoio técnico e pedagógico às unidades escolares;

VIII - promover a formação continuada dos profissionais da educação;

IX - providenciar, conforme o planejamento, os programas disponíveis e a disponibilidade orçamentária, referenciais curriculares, materiais didáticos, instrumentos de avaliação e demais recursos;

X - acompanhar indicadores educacionais, divulgar periodicamente resultados e promover revisão das estratégias;

XI - coordenar ações de monitoramento, avaliação e recomposição das aprendizagens;

XII - fomentar programas de incentivo à leitura, ao letramento e à formação de leitores;

XIII - propor ou adotar, observadas as competências legais e a legislação aplicável, instrumentos de cooperação e parceria destinados ao fortalecimento da Política; e

XIV - exercer outras atribuições administrativas e pedagógicas compatíveis com suas competências legais e necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 11. Fica instituída, no âmbito do Departamento Municipal de Educação, a Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica da Política Municipal de Alfabetização, organizada sob a forma de Equipe Técnico-Pedagógica da Alfabetização, responsável pela coordenação, implementação, formação, monitoramento e avaliação das ações de alfabetização.

§ 1º A estrutura de que trata o caput será composta, preferencialmente, por servidores já integrantes dos quadros municipais, mediante designação administrativa compatível com as atribuições legalmente previstas para seus cargos ou funções, não implicando, por si só, criação de novos cargos, empregos públicos ou funções gratificadas.

§ 2º O ato de organização ou designação indicará a composição da equipe, as responsabilidades, a vinculação funcional, o regime de trabalho e o tempo de dedicação às atividades da Política Municipal de Alfabetização, podendo incluir organograma funcional simplificado.

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

§ 3º O Departamento Municipal de Educação manterá Relatório Técnico atualizado da estrutura, contendo a identificação dos servidores envolvidos, respectivas atribuições, regime de trabalho, tempo de dedicação às atividades de alfabetização e unidades escolares ou instâncias pedagógicas atendidas.

§ 4º O disposto neste artigo não implica criação de órgão, cargo, emprego público, função de confiança ou função gratificada, nem autoriza alteração de atribuições legalmente definidas, concessão de vantagem remuneratória ou aumento automático de despesa com pessoal.

Art. 12. Compete às unidades escolares implementar a Política Municipal de Alfabetização, observadas as diretrizes deste Decreto, do Documento Orientador e dos atos normativos expedidos pelo Departamento Municipal de Educação.

Parágrafo único. As unidades escolares promoverão o planejamento pedagógico, o acompanhamento das aprendizagens, a execução das avaliações e as ações de recomposição, observadas as orientações do Departamento Municipal de Educação.

Seção III

Do Regime de Colaboração

Art. 13. A execução da Política Municipal de Alfabetização observará o regime de colaboração entre a União, o Estado de São Paulo e o Município, podendo compreender: I - adesão a programas governamentais; II - cooperação técnica e financeira; III - participação em programas de formação continuada; IV - utilização de avaliações externas, compartilhamento de indicadores e desenvolvimento conjunto de estratégias de monitoramento; e V - disponibilização e utilização de materiais didáticos e demais recursos educacionais.

Parágrafo único. A participação do Município em programas federais e estaduais não afasta sua autonomia administrativa e pedagógica para estabelecer estratégias complementares voltadas às necessidades da Rede Municipal, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Seção I

Das Diretrizes Gerais e da Prática Pedagógica

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 14. As ações pedagógicas desenvolvidas no âmbito da Política observarão:

I - a Base Nacional Comum Curricular;

II - o Currículo Paulista, quando aplicável;

III - o currículo adotado pela Rede Municipal;

IV - o Documento Orientador; e

V - as normas e orientações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e dos programas estaduais de alfabetização.

Art. 15. Constituem diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:

I - assegurar alfabetização e letramento como processos articulados;

II - promover práticas pedagógicas fundamentadas em evidências;

III - garantir continuidade e articulação das aprendizagens entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, respeitadas as especificidades de cada etapa;

IV - assegurar utilização de materiais didáticos compatíveis com as diretrizes curriculares;

V - promover ambientes alfabetizadores;

VI - fortalecer a formação de leitores desde a Educação Infantil;

VII - promover ações sistemáticas de recomposição das aprendizagens, com prioridade aos estudantes do 3º ao 5º ano que não tenham alcançado padrões adequados de alfabetização ao final do 2º ano; e

VIII - promover, articuladamente, o desenvolvimento progressivo do letramento matemático, raciocínio lógico, compreensão do sistema de numeração e resolução de problemas.

Seção II

Das Estratégias Pedagógicas e do Incentivo à Leitura

Art. 16. As estratégias pedagógicas destinadas ao desenvolvimento da alfabetização serão definidas no Documento Orientador, observadas as evidências científicas, as diretrizes curriculares nacionais e os referenciais técnicos expedidos pelos órgãos competentes.

Parágrafo único. As orientações metodológicas poderão ser atualizadas por ato do Departamento Municipal de Educação sempre que necessário.

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 17. O Departamento Municipal de Educação promoverá, periodicamente e de acordo com o planejamento educacional e a disponibilidade administrativa e orçamentária, ações de incentivo à leitura e ao letramento, podendo compreender:

I - fortalecimento das bibliotecas escolares;

II - ampliação de acervos;

III - projetos de leitura;

IV - feiras literárias;

V - concursos culturais;

VI - programas de leitura em família; e

VII - ações voltadas à formação do leitor desde a Educação Infantil.

Parágrafo único. As unidades escolares que ofertem o 1º e o 2º ano desenvolverão periodicamente estratégias de promoção da leitura literária, utilizando, quando disponíveis, Cantinhos da Leitura, bibliotecas, acervos existentes ou espaços e recursos equivalentes.

Seção III

Dos Materiais Didáticos

Art. 18. O Departamento Municipal de Educação providenciará, de acordo com o planejamento pedagógico, os programas governamentais disponíveis e a disponibilidade orçamentária, materiais didáticos, recursos pedagógicos, acervos literários e demais instrumentos adequados ao desenvolvimento da Política, priorizando, quando disponíveis, materiais complementares de apoio à alfabetização e à recomposição das aprendizagens.

§ 1º A seleção observará critérios de qualidade pedagógica, alinhamento curricular, acessibilidade e compatibilidade com o Documento Orientador.

§ 2º A distribuição dos materiais será acompanhada por registros adequados para fins de monitoramento da abrangência das ações.

CAPÍTULO IV

DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 19. O monitoramento e a avaliação da Política serão realizados de forma contínua e proporcional à estrutura da Rede Municipal, utilizando-se preferencialmente instrumentos já adotados pela União, pelo Estado de São Paulo e pelo Município, dentre os seguintes:

I - avaliações diagnósticas;

II - avaliações formativas;

III - avaliações externas;

IV - avaliações de fluência leitora;

V - indicadores educacionais;

VI - monitoramento das metas do Plano Municipal; e

VII - outros instrumentos definidos no Documento Orientador.

§ 1º A Rede Municipal assegurará, ao longo do ano letivo, pelo menos duas oportunidades de avaliação processual e contínua das aprendizagens nos anos iniciais, podendo utilizar instrumentos próprios ou disponibilizados pela União ou pelo Estado.

§ 2º O Departamento Municipal de Educação adotará medidas de mobilização e organização destinadas a ampliar a participação dos estudantes do 2º ano nas avaliações externas oficiais, buscando cobertura censitária e, sempre que possível, participação igual ou superior a 90% dos estudantes elegíveis.

Art. 20. Os resultados do monitoramento e das avaliações subsidiarão o planejamento pedagógico, o aperfeiçoamento da Política, as ações de recomposição, a atualização do Documento Orientador e do Plano Municipal, a melhoria dos indicadores e a identificação de estudantes que demandem acompanhamento pedagógico individualizado.

Art. 21. O acompanhamento das metas e indicadores será consolidado, preferencialmente ao final de cada ano letivo, em relatório técnico simplificado, que poderá integrar outros relatórios de gestão, prestação de contas ou monitoramento educacional já produzidos pelo Município.

Parágrafo único. O relatório poderá subsidiar a revisão das metas, estratégias e instrumentos de planejamento, sem necessidade de criação de sistema administrativo autônomo.

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

CAPÍTULO V
DA EQUIDADE, DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DA GARANTIA DO DIREITO À APRENDIZAGEM

Art. 22. A Política observará os princípios da equidade, inclusão, não discriminação e garantia do direito à aprendizagem, assegurando condições para que todos os estudantes desenvolvam competências de alfabetização, respeitadas suas características, necessidades e potencialidades.

§ 1º As ações considerarão as diferenças sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais, territoriais e educacionais existentes no Município.

§ 2º Para fins de planejamento, monitoramento e priorização das ações de equidade, serão utilizados, quando disponíveis, o Indicador de Nível Socioeconômico - NSE, o Indicador Criança Alfabetizada - ICA e outros indicadores oficiais, com especial atenção às unidades escolares e aos grupos de estudantes situados em contextos de maior vulnerabilidade socioeducacional.

§ 3º Quando a dimensão da Rede ou a indisponibilidade de dados impedir determinada utilização estatística, poderão ser adotados indicadores oficiais ou evidências locais equivalentes.

§ 4º As estratégias de intervenção pedagógica priorizarão, quando identificadas pelos indicadores oficiais, as unidades escolares e os grupos de estudantes em maior vulnerabilidade socioeducacional, inclusive os abrangidos pelo primeiro quartil do Nível Socioeconômico - NSE, sem prejuízo do atendimento aos demais estudantes que apresentem defasagem de aprendizagem.

Art. 23. Aos estudantes públicos da Educação Especial serão assegurados acesso, permanência, participação e aprendizagem em igualdade de oportunidades, observadas a legislação específica e as normas da educação inclusiva.

Art. 24. O atendimento aos estudantes público da Educação Especial observará as necessidades identificadas em cada caso, incluindo, quando cabível:

I - atendimento educacional especializado;

II - acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica e tecnológica;

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

III - recursos de tecnologia assistiva;
IV - estratégias pedagógicas e recursos de acessibilidade;
V - instrumento de planejamento educacional individualizado, quando previsto e necessário; e
VI - formação continuada dos profissionais.

Art. 25. A Política assegurará o direito à alfabetização das populações específicas efetivamente atendidas pela Rede Municipal, respeitadas suas características, necessidades, singularidades e modalidades de oferta educacional.
§ 1º As ações poderão compreender estratégias diferenciadas de formação, organização pedagógica, materiais, acessibilidade, acompanhamento e avaliação.
§ 2º As ações serão implementadas de acordo com as modalidades e populações efetivamente atendidas, sem prejuízo da articulação com outros sistemas e redes.

Art. 26. O Município desenvolverá ações de busca ativa, prevenção e acompanhamento dos estudantes em situação de infrequência, risco de evasão, atraso escolar ou defasagem significativa de aprendizagem, utilizando prioritariamente fluxos, equipes e serviços já existentes.
§ 1º As unidades escolares comunicarão ao Departamento Municipal de Educação as situações que demandem acompanhamento específico ou atuação articulada com outros órgãos e serviços.
§ 2º As ações observarão a atuação integrada das políticas públicas e as competências legais de cada área.

CAPÍTULO VI
DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 27. A Política promoverá a oferta periódica de ações de formação continuada aos docentes, gestores escolares e demais profissionais envolvidos no processo de alfabetização, abrangendo, conforme a etapa de atuação, alfabetização e letramento, oralidade, leitura e escrita na pré-escola, recomposição das aprendizagens e desenvolvimento das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática.

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

§ 1º As formações observarão o Documento Orientador e as normas federais e estaduais aplicáveis.

§ 2º A formação poderá ocorrer em regime de colaboração com a União, o Estado, instituições de ensino superior, centros de pesquisa e outras instituições, observada a legislação aplicável.

§ 3º O Departamento Municipal de Educação manterá registro da participação e conclusão das formações, admitida a utilização de sistemas estaduais, federais, planilhas ou outros instrumentos simplificados.

§ 4º As formações deverão contemplar, sempre que possível, a análise pedagógica dos resultados das avaliações.

§ 5º O Departamento Municipal de Educação promoverá a certificação ou o reconhecimento institucional dos profissionais que concluírem as ações de formação continuada, mantendo registro nominal dos participantes, da carga horária e da conclusão das atividades.

Art. 28. As ações de formação continuada observarão, dentre outras, as seguintes diretrizes:

I - fundamentação em evidências;

II - articulação entre teoria e prática;

III - adequação às necessidades concretas da Rede;

IV - alinhamento curricular;

V - utilização dos resultados das avaliações;

VI - incentivo às comunidades de aprendizagem profissional e à troca de experiências; e

VII - estratégias de educação inclusiva, equidade e recomposição das aprendizagens.

CAPÍTULO VII
DO RECONHECIMENTO E DA VALORIZAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS

Art. 29. O reconhecimento e a valorização das boas práticas educacionais desenvolvidas no âmbito da Rede Municipal de Ensino, inclusive das relacionadas à alfabetização e ao letramento, observarão as disposições deste Capítulo, com a finalidade de identificar, reconhecer e divulgar iniciativas pedagógicas e de gestão eficazes, fundamentadas em resultados, compromisso e participação.

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 30. Consideram-se boas práticas as ações pedagógicas ou de gestão que apresentem resultados consistentes na promoção da alfabetização e do letramento, respeitados os princípios da equidade, inclusão e eficácia, especialmente:

I - metodologias inovadoras de leitura, escrita e consciência fonológica;

II - acompanhamento individualizado da aprendizagem;

III - gestão escolar com participação da comunidade e uso de dados;

IV - projetos intersetoriais; e

V - uso adequado de recursos didáticos e tecnológicos.

§ 1º O reconhecimento poderá ocorrer semestralmente, mediante processo de indicação interna coordenado pelo Departamento Municipal de Educação.

§ 2º Poderão participar professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, equipes gestoras e profissionais do Departamento Municipal de Educação envolvidos nas práticas, observadas as respectivas atribuições.

Art. 31. O Departamento Municipal de Educação regulamentará, por ato próprio, o Programa Municipal de Reconhecimento de Boas Práticas em Alfabetização, estabelecendo critérios, indicadores, cronograma, procedimentos de seleção e formas de premiação institucional não pecuniária, contemplando, no mínimo:

I - impacto positivo na alfabetização;

II - originalidade, replicabilidade e alinhamento à BNCC;

III - evidências documentais ou estatísticas dos resultados;

IV - regularidade e continuidade; e

V - envolvimento da comunidade escolar.

Art. 32. A seleção das práticas será realizada por comissão avaliadora designada pelo Diretor do Departamento Municipal de Educação, integrada por servidores ou profissionais já vinculados à Rede, sem remuneração adicional pela participação.

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 33. As práticas reconhecidas poderão integrar banco municipal de experiências exitosas, ser divulgadas nos meios institucionais e apresentadas em eventos e formações, visando à disseminação entre as unidades escolares.

Art. 34. O reconhecimento poderá compreender:

I - certificado oficial;

II - divulgação institucional;

III - apresentação e compartilhamento de experiências; e

IV - outras formas de reconhecimento simbólico ou institucional não pecuniário.

Parágrafo único. Este Decreto não autoriza premiação financeira, gratificação ou vantagem remuneratória, cuja concessão dependerá de fundamento legal específico e observância das exigências orçamentárias e fiscais.

CAPÍTULO VIII
DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA, DA COMUNIDADE E DA COLABORAÇÃO SOCIAL

Art. 35. O Poder Público e as unidades escolares promoverão, de forma periódica e por meios compatíveis com a realidade da Rede, ações destinadas ao fortalecimento dos vínculos entre escola e família, à orientação dos responsáveis, ao incentivo à leitura no ambiente familiar, ao acompanhamento da aprendizagem e ao compartilhamento periódico de resultados.

Art. 36. O Município poderá promover campanhas públicas de incentivo à leitura, formação de leitores e valorização da alfabetização, inclusive mediante cooperação com instituições públicas e privadas, observada a legislação aplicável.

Art. 37. O fortalecimento da Política poderá contar com convênios, acordos de cooperação e demais instrumentos juridicamente cabíveis, desde que celebrados pela autoridade competente e observadas as autorizações, procedimentos e requisitos previstos na legislação aplicável.

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 38. A implementação documental e organizacional desta Política observará cronograma progressivo, compatível com a capacidade administrativa municipal e com as exigências de monitoramento e comprovação das ações.

§ 1º O Documento Orientador e o Plano Municipal de Implementação e Acompanhamento serão elaborados no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação deste Decreto.

§ 2º O Plano de Comunicação, o Plano de Trabalho Anual - PTA, a regulamentação do CEMPA, a designação de seus membros e a organização funcional prevista no art. 11 serão formalizados, prioritariamente, no exercício de 2026, em instrumentos próprios, simplificados e compatíveis com a estrutura da Rede Municipal, observadas as datas efetivas de sua elaboração, aprovação e publicação.

§ 3º O Plano Municipal deverá contemplar diagnóstico, metas, indicadores disponíveis, estratégias de implementação, ações de equidade e recomposição e mecanismos de monitoramento e avaliação, tendo como objetivo prioritário a progressiva universalização da alfabetização ao final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 39. A execução das ações previstas neste Decreto observará as dotações orçamentárias existentes, a legislação orçamentária e financeira, os programas e instrumentos de cooperação disponíveis e a disponibilidade administrativa do Município.

§ 1º Poderão ser priorizadas ações relacionadas à formação continuada, materiais didático-pedagógicos, ambientes alfabetizadores, avaliações educacionais, monitoramento, recomposição das aprendizagens e execução das metas do Plano Municipal.

§ 2º Este Decreto, por si só, não cria despesa obrigatória de caráter continuado, cargo, emprego ou função pública, gratificação, vantagem remuneratória, obrigação de contratação, premiação pecuniária ou expansão de estrutura administrativa.

§ 3º As medidas que dependam de criação ou aumento de despesa, contratação, alteração de estrutura, criação de cargo ou função, concessão de vantagem ou autorização legislativa

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).

Departamento Municipal de Governo

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

específica somente poderão ser implementadas após o cumprimento das exigências constitucionais, legais, orçamentárias e fiscais pertinentes.

Art. 40. O Departamento Municipal de Educação poderá expedir normas complementares, orientações técnicas e instrumentos necessários à execução deste Decreto, no âmbito de suas competências.

Art. 41. Permanecem aplicáveis, no que não conflitarem com este Decreto, os atos administrativos, currículos, orientações pedagógicas, planos, protocolos e instrumentos já adotados pela Rede Municipal de Ensino.

Art. 42. Fica revogado o Decreto Municipal nº 2.100, de 07 de fevereiro de 2025, preservados os atos e efeitos jurídicos regularmente constituídos durante sua vigência.

Art. 43. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palestina/SP, 09 de outubro de 2026.

REINALDO APARECIDO DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos e publicação no Diário Oficial no sítio eletrônico oficial do Município.

Joyce da Silva Rocha
Diretora Municipal de Governo

ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL
Data: 09/10/2026 00:00:00
CPF/CNPJ: 45149184000194
Municipio De Palestina

ado digitalmente, com autenticidade, validade jurídica e integridade (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020).